



ATA N.º 01/2016

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, realizou-se na Sala de Reuniões da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida pelo Senhor José António Ramalhal Lopes e secretariada pelos Senhores Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador. -----

Além dos membros da mesa, compareceram a esta sessão os Senhores Mário Moita Abegão, José Cesário Marques Moreira, Luísa Maria Ricardo Alves, José Alexandre Serra Sales, Ricardo António Mafra Germano Esgaio – eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, Sónia Margarida Carreira da Conceição, António do Carmo Martins e António Pereira Nunes – eleitos pelo Partido Social Democrata; Abílio José Januário Marques, Victor Manuel Pereira Parreira – eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré; António Manuel Caria dos Santos, Alexandre Isaac – eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Graciano José Pascoal de Carvalho Dias – eleito Independente pelo Partido da Terra; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Rui Manuel Amaro Marques – Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente. -----

Os Senhores Martinho de Oliveira Rosa e Zélia Maria Pereira da Costa Piseiro apresentaram pedido de suspensão de mandato, por trinta dias; Natália Carvalho da Conceição, por quinze dias e Jorge Codinha Antunes Barroso, por dez dias. -----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro participou a ausência por período inferior a trinta dias. -----

Faltaram à sessão os Senhores Arménio Sanches Varela, Dora Marina Pereira Fernandes – eleitos pelo Movimento de Cidadãos, NazaréViva. -----

Estiveram igualmente presentes, os Senhores: Presidente da Câmara Municipal, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro e Vereadores Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Manuel António

Águeda Sequeira, Regina Margarida Amada Piedade Matos, Belmiro José Eusébio da Fonte, António Gordinho Trindade e Rita Sanches Bento Varela. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSAO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 - (apreciação e votação)

Deliberado, por maioria, aprovar, com dezassete votos a favor e duas abstenções, dos Senhores Joaquim Pequicho e Mário Abegão. -----

O Senhor Joaquim Pequicho absteve-se por não estar espelhado na ata a sua intervenção e o Senhor Mário Abegão absteve-se por não ter estado presente na totalidade da sessão. -----

A Senhora Telma Ferreira não tomou parte na votação, por não ter estado presente na sessão. ---

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, como é hábito, a correspondência está à disposição dos membros, nos serviços de apoio à Assembleia. -----

Tomado conhecimento. -----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

Apresentou-se na sessão a Senhora Luísa Alves. -----

O Senhor Victor Parreira questionou sobre os trabalhos de reparação em curso no imóvel dos Paços do Concelho e previsão para o seu términus. Congratulou-se com a sinalização luminosa nas passadeiras da Marginal. Entende que é exagerada e sugeriu que seja igualmente colocada junto ao Quartel dos Bombeiros Voluntários. Questionou sobre a retirada de três contentores de recolha de resíduos sólidos na Rua de Sub-Vila, junto ao Mercado e por último alertou para tampas de saneamento que necessitam de ser revistas na Avenida Vieira Guimarães e necessidade de algumas pavimentações junto da rotunda da Pederneira. -----

O Partido Socialista, através do Senhor José Cesário, apresentou a seguinte declaração política:

“Nos últimos 28 meses da gestão deste município, os nazarenos puderam assistir à maior



mudança de paradigma político e estratégico de que há memória no regime democrático do concelho. -----

Fruto da governação descuidada e irresponsável do PSD, que ao longo de 20 anos hipotecou o presente e o futuro, a situação financeira herdada pelo executivo do Partido Socialista implica um esforço hercúleo por parte dos munícipes, por via da imposição das tabelas máximas dos impostos como o IMI, a Derrama ou mesmo a participação no IRS. -----

O atual executivo vê-se diariamente condicionado e limitado pela incúria daqueles que em vinte anos promoveram uma mão cheia de ilusões e outras tantas obras teleféricas, não obstante a certeza de que tais promessas apenas serviriam para enganar os incautos e ilustrar cenários eleitorais. -----

Ao longo dos dois últimos mandatos do PSD nesta Câmara, os valores da dívida dispararam para níveis nunca antes vistos. No entanto, muitos dos que tentam a todo o custo passar uma imagem de preocupação, à época primavam pelo silêncio, limitando-se apenas a aprovar sem qualquer reparo orçamentos e relatórios que revelavam a gravidade da situação financeira. Aliás, relatórios que carecem ainda de visto pela tutela, nada revelavam aos mesmos eleitos do PSD que agora reclamam preocupações com a dívida e, mais precisamente, com a sua redução. -----

Contudo, acreditamos que na política não vale tudo. O caráter de uma força ideológico/partidária e dos seus apoiantes define-se pela clareza das suas afirmações em coerência com as respetivas ações. Foi com uma enorme estranheza que assistimos às declarações do sr. deputado municipal Joaquim Pequicho, líder do grupo do PSD nesta assembleia e da comissão política concelhia do mesmo partido, presentes na recente edição de um meio de comunicação social local. Estranheza porque transcreve uma grande preocupação com a dívida e com os seus impactos na vida das pessoas e das organizações do concelho, por via das taxas e impostos que o município se vê obrigado a cobrar às taxas máximas, resultado da gestão desastrosa do seu partido enquanto poder executivo. Estranheza porque reconhece

insuficiências do concelho, às quais o município não tem capacidade de resposta, imagine-se por quê? Por causa da gestão desastrosa do seu partido enquanto poder executivo. Maior estranheza ainda, porque se destaca do anterior presidente quando, já conhecedor da real situação financeira do município, não se coibiu de lutar lado a lado na mesma campanha. -----

Só com muito esforço poderemos enquadrar as declarações como estratégia natural de quem, desesperadamente, procura digerir uma derrota tão significativa como a que teve o PSD em 2013, tentando desviar as atenções do desastre governativo pelo qual foi responsável. Entra, sem dúvida, em pré-campanha eleitoral, recorrendo no entanto às velhas e gastas estratégias de propostas ilusórias, sob a forma de compromissos alargados, quais teleféricos que nos conduziriam rapidamente para a solução dos problemas financeiros que eles próprios geraram...

O Partido Socialista não poderia deixar de afirmar aqui e hoje que considera politicamente incoerente e reprovável que, os mesmos que concorreram lado a lado com os responsáveis pela des governação de 20 anos, tendo obtido um cartão vermelho por parte dos eleitores, os mesmos que no passado aprovaram orçamentos e relatórios onde era notório o descontrole e a incompetência, venham agora declarar-se diferentes na forma de pensar. Consideramos de uma lamentável incoerência política que, só largos meses após da perda de mandato o líder do grupo concelhio e da estrutura concelhia do PSD venha declarar rutura ideológica com o principal responsável pela má gestão dos mandatos ganhos pelo próprio partido. -----

No nosso entendimento, tais declarações apenas revelam uma clara tentativa de branqueamento de responsabilidade dos eleitos do PSD nos últimos mandatos, com fins exclusiva mente eleitoralistas. -----

Acreditamos, por isso, que tal como na vida, também na política tudo tem o seu tempo. Acreditamos na nossa capacidade e no nosso trabalho. Confiamos no desempenho e na estratégia do executivo de Walter Chicharro. Sabemos que o concelho da Nazaré necessita dos esforços de



todos. As dificuldades e os problemas do concelho carecem de solução urgente. Dispensamos, por isso, exercícios retóricos característicos de culturas há séculos ultrapassadas. -----

O dever de cidadania não é sinónimo de jogo de palavras. Dever de cidadania é resolver os problemas que afetam os munícipes. Dever de cidadania é promover o desenvolvimento económico e social. Dever de cidadania é combater as desigualdades. Deve de cidadania é manter na esfera pública bens e serviços essenciais como a saúde, a justiça, a educação, a segurança, os serviços básicos de fornecimento de água e saneamento. Dever de cidadania é fazer renascer a esperança. -----

Esse é o nosso verdadeiro compromisso alargado.” -----

De imediato, o Senhor António Caria dos Santos solicitou a palavra para em nome da Coligação Democrática Unitária apresentar a declaração política que se transcreve: -----

“É sempre um enorme gosto estar na vossa presença para exercermos, em colectivo, uma das maiores conquistas de um Portugal democrático que acordou a 25 de Abril de 74 para uma nova forma de exercer a cidadania activa — a participação democrática inserida nos órgãos do poder local. -----

Participação, democracia, competência, compromisso, transparência, responsabilidade, direitos, honestidade intelectual e diálogo são as palavras que devemos reter como substância desta declaração política. -----

Desta forma muito clara e aberta, gostaríamos de valorizar a competência, prontidão e rapidez com que os Serviços Municipalizados intervieram na remoção de toneladas de areia que invadiram literalmente a marginal, Praça Sousa Oliveira e demais artérias da vila por ocasião das últimas intempéries. Consideramos que, do ponto de vista operacional, nesta como noutras situações que temos registado, têm vindo a melhorar a sua prestação. -----

Relevamos, também, a superior opção por valorizar o forte de S. Miguel Arcanjo, enquanto património ímpar no concelho e a sua utilização como equipamento cultural, com condições

únicas e com uma versatilidade assinalável para a promoção dos mais variados eventos culturais ou artísticos, bem como meio privilegiado para a promoção das qualidades diferenciadoras que o concelho tem em toda a sua dimensão, riqueza e diversidade. -----

Importante referir a colocação da cobertura na escola básica de Famalicão, anseio da comunidade escolar local, ainda que não entendamos as razões que tiveram por base a um processo que demorou dois anos e meio a ser uma realidade. Mas assinalamos também que este anseio de todos, não se restringia apenas à escola da sede de Freguesia e o compromisso assumido entre pais, vereador da educação, presidente da Câmara e presidente da Junta de freguesia de Famalicão era de colocação de coberturas em todas as escolas da freguesia, leia-se: Quinta Nova e Raposos. Esperamos não ter que esperar mais 5 anos, ou seja, dois anos e meio vezes dois para que tal aconteça. -----

Para além disto, era importante convidar os responsáveis autárquicos para passar um dia de Inverno nestas escolas, onde o calor artificial proveniente dos aquecedores eléctricos se esfuma por gretas das janelas da grossura de um dedo. Com uma intervenção rápida, aquecíamos a sala e não desbaratávamos energia sem qualquer aproveitamento. -----

Salientamos, ainda, a iluminação das passadeiras na marginal que por certo evitarão constrangimentos de diversa ordem. -----

Reconhecemos isto e tudo o mais que vier a acontecer e que mereça, da nossa parte, concordância e aprovação. -----

Ainda assim, entendemos que nenhuma obra, por maior dimensão que tenha justifica a violação de direitos inalienáveis, consagrados na nossa constituição de um estado de direito democrático.

Nenhuma dívida justificará passar por cima dos direitos dos trabalhadores, privando-os desse mais elementar direito que é o direito ao trabalho. -----

Nada justifica a perseguição a outro direito constitucional que é o direito de livre sindicalização e representação sindical. -----



Estamos preocupados com a democracia neste concelho. Melhor, estamos abismados com a falta dela! Estamos alarmados com a falta de verdade, transparência e honestidade intelectual. -----

Senão vejamos: -----

A CMN perde recursos atrás de recursos e não reconhece o erro nem dá cumprimento à lei a que está obrigado, tanto na integração dos 15 trabalhadores vilipendiados” nas suas funções e na sua dignidade, e não aceita a decisão dos tribunais, relativamente a um trabalhador que é, simultaneamente, dirigente sindical. Ao senhor presidente, neste caso último, caberá acarretar com os custos da reparação deste caso. À CMN, e à população do concelho caberá arcar com as despesas pagas à assessoria jurídica em cada caso perdido em tribunal. -----

Falando de boa gestão, era importante e poderá recorrer às redes sociais de que tanto gosta, para repor a verdade na redução da dívida. Afinal, a frieza dos números que agora nos chegam, e que ainda não são definitivos, indicam-nos que a redução da dívida está cifrada em valores bem diferentes dos 8.4 milhões que tantas e tantas vezes foram divulgados por aí. -----

Voltando à transparência, baça, como sempre dissemos, de que transparência falamos quando o presidente viola sistematicamente os procedimentos obrigatórias relativamente às suas obrigações para com a assembleia municipal? Ora vejamos algumas das suas obrigações violadas: -----

Deve o Presidente: -----

Remeter à assembleia municipal a minuta das actas e as actas das reuniões da câmara municipal, logo que aprovadas; -----

y) Enviar à assembleia municipal, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 2 do artigo 25., toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, incluindo a respeitante às entidades abrangidas pelo regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, quando existam, indispensável para a compreensão e análise crítica e objectiva da informação aí inscrita. -----

N.º 4 - Da informação prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º devem constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respectiva fase e estado.” -----

Ainda temos mais Transparência... -----

“Dar conhecimento à câmara municipal e enviar à assembleia municipal cópias dos relatórios definitivos resultantes de acções tutelares ou de auditorias sobre a actividade da câmara municipal e dos serviços do município, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento dos mesmos;” -----

Tem feito isto Sr. Presidente? Se estivesse no órgão fiscalizador, como já estive, embora não pareça, como reagiria o senhor para defender os interesses dos seus munícipes? -----

No entanto, e apesar de tudo acreditamos no melhor que as pessoas têm para dar e esperamos mudanças, porque acreditamos que a vida é um processo de construção contínua. Somos pacientes, perseverantes e estaremos aqui para participar, colaborar e dialogar de forma activa e construtiva. Da CDU só podem esperar esforço, trabalho e dedicação à causa pública aceitando o evoluir dos processos democráticos. -----

Entendemos, também, que passados 42 anos nem todos perceberam da mesma forma a verdadeira dimensão da democracia. -----

Mais uma vez, respeitamos os ritmos de evolução de cada um! -----

Neste entretanto, é a comunidade que vai arcando com as consequências de responsáveis inconsequentes.” -----

O Senhor Joaquim Pequicho, referindo-se à intervenção atrás produzida, efectuou várias considerações, combatendo-a e informou, na sua qualidade de Presidente da Concelhia da Nazaré do Partido Social Democrata, que o seu Partido irá apresentar em breve as suas aspirações para a política que deve acontecer no Concelho para o desenvolvimento do território e que no ano de 2017 irá colocar à consideração da população um projecto de alternativa, devendo



colocar-se a economia das pessoas ao serviço das pessoas, sem nunca colocar em causa a sustentabilidade da sociedade civil, com políticas de proximidade à sociedade, apostar na identidade e preservação do património cultural, com uma governança transparente e de proximidade para o desenvolvimento social, cultural e económico do concelho. -----

O Senhor José Cesário disse existir uma grande diferença entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, dando como exemplo a retirada da confiança política aos seus membros, quando estes tomaram outras posições que não as indicadas pela Comissão Política Concelhia do Partido Socialista. Existe uma grande preocupação no abaixar dos valores em dívida criada pelo anterior executivo do Partido Social Democrata. -----

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta aos quesitos colocados, informou que com a vinda do bom tempo, os trabalhos no telhado do edifício dos Paços do Concelho irão terminar, bem como a pintura da fachada principal. Agradeceu a felicitação pela colocação da iluminação da sinalética nas passadeiras, pretendendo-se otimizar o seu visual. -----

Sobre a retirada dos contentores na Rua de Sub-Vila, informou que se pretende dar um melhor uso dos mesmos, colocando ainda alguns na Avenida do Município e, quanto à pavimentação das estradas, verifica-se a existência de alguns problemas no subsolo com a rede de águas, estando-se atentos às situações, executando-se as obras correspondentes, usando os dinheiros públicos da forma correta. -----

Agradeceu igualmente ao Senhor António Caria dos Santos pelas palavras proferidas na declaração apresentada e lembrou outras áreas de atuação do Município, com o enorme número de visitantes ao Forte de S. Miguel, no Ascensor da Nazaré com a quantidade de pessoas transportadas, como é do conhecimento geral da população, através das redes sociais e sobre o valor da dívida do Município, tem pretendido dar uma informação transparente e esclarecedora a todos os presentes. -----

Falando sobre a Igreja Visigótica de S. Gião, disse que irão estar presentes no nosso concelho

altos representantes do Governo para debater este tema, bem como sobre o Forte de S. Miguel Arcanjo e respetivos projetos, pretendendo-se a sua resolução, com o apoio de fundos comunitários e outros, eventualmente mecenato. -----

Disse ainda pretender-se serviços de saúde em condições para a Nazaré. Indicou que existe sensibilidade do Governo para o problema, não estando ainda executados os projetos, que são da responsabilidade a ARSLVT. -----

Solicitou a palavra o Senhor António Caria dos Santos, agradando-lhe as palavras do Presidente da Câmara ao transmitir as atividades do Município. Sobre os valores económicos falados, disse que ainda não estão objetivados e entende que o Relatório apresentado pela BDO não é conclusivo, parecendo-lhe que estarão documentos em falta. Realçou na sua intervenção a necessidade e obrigatoriedade de vinda à Assembleia de documentos da gestão camarária. -----

MOÇÃO SOBRE O AREAL E PAREDÃO – PARTIDO SOCIALISTA

Ausentou-se o Senhor António Nunes. -----

O Senhor José Sales apresentou a moção do Partido Socialista que se transcreve: -----

“O dia 22 de julho de 1899 foi a data em que se iniciou o processo de construção do tão ambicionado paredão-cais a implementar no, então recente, povoado de Nazaré, num projeto iniciado sob a liderança do Eng.º Gregário Pinto, tendo sido finalizada a primeira fase da obra apenas em 22 de julho de 1915. -----

Já nos finais do século XIX era notória a necessidade de uma área que servisse a atividade piscatória e, ao mesmo tempo, protegesse pessoas, bens e habitações das invasões marítimas, muito recorrentes à época. -----

Esta infraestrutura, então fundamental para a proteção de pessoas e bens, acabou por ter uma importância estratégica para a dinâmica do setor piscatório neste povoado, constituindo um estímulo à fixação de populações nessa área ribeirinha, e o fundamento desse argumento teve por base uma deliberação do Ministro do Fomento, que a 4 de fevereiro de 1916 viabilizou a



construção da segunda fase deste importante projeto, até à Avenida Vieira Guimarães, que só se finalizaria 5 anos depois. -----

Trata-se de uma infraestrutura com uma importância cultural de referência para a vila de Nazaré e para a dinâmica económica, que ainda hoje beneficia da sua existência, por via da capacidade defensiva que detém. -----

Nos últimos anos, por via de um célere processo de assoreamento de inertes na praia de Nazaré, esta estrutura deixou de desempenhar a sua função defensiva na sua plenitude. -----

Devido a tal processo natural, tem o município de Nazaré investido na regularização do areal da praia para níveis que, de ano para ano, têm vindo a acumular-se junto do paredão defensivo. ----

Assim, apesar do areal ter sofrido uma extensão considerável, as ameaças de invasão marítima e de transporte de inertes marítimos para a área residencial têm sucedido com uma frequência regular e mais frequente. -----

Para que tal processo sofra uma célere inversão, solicitamos às entidades gestoras das áreas costeiras, que diligenciem todos os esforços para proceder, com carácter de urgência, a uma ação de rebaixamento do nível de inertes marítimos da Praia da Nazaré, para que as invasões marítimas ocorram com menos frequência e, simultaneamente, limitar os danos provocados pelas regulares invasões de areia em infraestruturas públicas e privadas, como redes de pluviais, postes de iluminação e estruturas de edifícios particulares. -----

Consideramos que não cumpre apenas ao município de Nazaré o esforço financeiro e logístico regular que visa a proteção de pessoas e bens desses fenómenos naturais no espaço de areal da praia da Nazaré. -----

Caso esta moção seja aprovada, deverá a mesma ser endossada ao órgão Câmara Municipal de Nazaré e às seguintes entidades: -----

- Ministério do Ambiente; -----*
- Secretaria de Estado do Ambiente; -----*

- *Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza;* -----
- *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e vale do Tejo (CCDR LVT);*
- *Agência Portuguesa do Ambiente (APA);* -----
- *Capitania do Porto da Nazaré;* -----
- *Comando Distrital da Proteção Civil de Leiria.”* -----

A Moção foi aceite, por unanimidade, para discussão e votação. -----

O Senhor Alexandre Isaac entende que a moção apresentada tem todo o sentido, apoiando-a e questionou sobre a existência de alguns estudos para a situação. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com dezanove votos a favor e uma abstenção do Senhor Abílio Marques. -----

MOÇÃO “IGREJA DE S. GIÃO” – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

O Senhor Alexandre Isaac apresentou a moção da Coligação Democrática Unitária que se transcreve: -----

“Igreja de S. Gião da Nazaré — Monumento Nacional esquecido. -----

Mais uma vez, vem esta assembleia municipal lamentar a forma como continua a ser tratado o único Monumento Nacional do concelho da Nazaré e também único do género no nosso país. ----

Não é possível esperar mais tempo nenhum, pela urgente manutenção da estrutura edificada daquele monumento que guarda um pedaço importante da nossa história. Não devemos, e não queremos, perder parte da nossa identidade. Queremos, isso sim, ver recuperado e belo aquele monumento para podermos mostrá-lo a todos quantos nos visitam e assim podermos também contar o que por aqui se passou há muitos séculos atrás. -----

Os anos de abandono, bem como a falta de uma estratégia política para a cultura, demonstrada, a todos os níveis, por parte das tutelas dos governos anteriores, não podia conduzir a outro fim que não fosse o actual. Há que fazer algo diferente e melhor, urgentemente! -----

Bem sabemos que os estudos para a recuperação daquele espaço patrimonial e cultural estão a



ser tratados. Só que isso já acontece há imensos anos e sem visibilidade consequente para o edifício que de dia para dia vai ficando mais degradado. Parece até que estão à espera que a recuperação seja programada para quando já não for possível. Estaremos próximos de ter que considerar todo aquele valioso património como um amontoado de destroços, se não forem tomadas medidas urgentes e consequentes de recuperação. -----

A população da Nazaré está farta de esperar pela verdadeira recuperação do monumento que é a Igreja de S. Gião da Nazaré. Por isso mesmo, a Assembleia Municipal da Nazaré, enquanto representante da população e em defesa dos seus anseios neste processo, delibera: -----

1 — Solicitar a intervenção urgente do Governo, na pessoa do Sr. Ministro da Cultura, junto de quem entendam ser capaz de tomar em mãos o processo de recuperação do referido monumento.

2 — Pedir que seja dada prioridade a este processo. -----

3 — Convidar o Sr. Ministro da Cultura a uma visita ao local, para poder verificar o estado actual do monumento e a justeza das nossas reivindicações. -----

Se aprovada, esta moção deve ser enviada ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Cultura, às direcções dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Sra. Directora-Geral do Património Cultural, à Sra. Directora do Departamento de Bens Culturais da DGPC, ao Sr. Director do Departamento de Estudos, Projectos, Obras e Fiscalização da DGPC, à Sra. Directora Regional de Cultura do Centro, à CIM Oeste, à Câmara Municipal da Nazaré, ao Sr. Presidente da Região de Turismo do Centro, à Sra. Directora do Museu Etnográfico e Etnológico Dr. Joaquim Manso, à comunicação social local, regional e nacional, incluindo estações de televisão.” -----

A Moção foi aceite, por unanimidade, para discussão e votação. -----

Não se registaram intervenções. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

MOÇÃO SOBRE A LINHA DO OESTE - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

O Senhor António Nunes retomou o seu lugar. -----

O Senhor Alexandre Isaac apresentou a moção da Coligação Democrática Unitária que se transcreve: -----

“SOBRE A LINHA DO OESTE / -----

Após sucessivos anos de anúncios governamentais do lançamento de projectos para a modernização da Linha do Oeste nunca levados à prática, foi agora tornado público um novo projecto de intervenção parcial neste troço ferroviário, para ser concretizado até ao terceiro trimestre de 2020, englobado no Plano Estratégico de Investimentos em Infraestruturas em Ferrovia - 2020. -----

Do anúncio feito pelo Ministro do Planeamento e Infraestruturas, no passado dia 12 de Fevereiro, conclui-se que a intervenção de modernização da Linha do Oeste, cujos contornos necessitam de esclarecimento, nomeadamente quanto à electrificação do troço, abrangerá somente o troço entre Meleças e Caldas da Rainha, esquecendo o troço a montante até ao Louriçal e, bem assim, toda a zona industrializada de Alcobaça, Nazaré, Marinha Grande e Leiria. -----

A Linha do Oeste é um troço ferroviário estratégico no plano da rede ferroviária nacional e alberga potencialidades que devidamente exploradas, o podem transformar num ainda mais importante eixo de transporte de passageiros e de mercadorias envolvendo simultaneamente a área metropolitana de Lisboa e as regiões do Oeste e do Centro, com impacto muito positivo no plano económico, social e ambiental. -----

A Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário, preocupada com as condicionantes que comportam os objectivos de modernização relativos à Linha do Oeste, que constam do Plano de Investimentos em Infraestruturas em Ferrovia — 2020, apresentados pelo Ministro do Planeamento e Infraestruturas, que poderão limitar, ou mesmo inviabilizar, o alcance dos mesmos, delibera solicitar ao Governo que: -----

1. Considere na necessidade da modernização da Linha do Oeste envolver, sem quaisquer



hesitações, a electrificação do troço entre Meleças e Louriçal, para além da automatização de sinais e agulhas e do prolongamento de troços de cruzamento; -----

2. Considere, igualmente, a possibilidade de correcções no traçado, ou mesmo, de estudos de alternativa àquele, com o objectivo de reduzir o tempo de viagem, designadamente a jusante das Caldas da Rainha. -----

Se aprovada, esta moção deve ser enviada ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Assembleia Intermunicipal do Oeste, à Câmara Municipal da Nazaré e órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.” -----

A Moção foi aceite, por unanimidade, para discussão e votação. -----

O Senhor António Caria dos Santos informou a Assembleia sobre as posições havidas na recente reunião realizada em Loures, com a presença dos municípios servidos pela Linha do Oeste, onde também estiveram presentes alguns membros da Assembleia Municipal da Nazaré, devendo lutar-se para a defesa desta Linha do Oeste e criar condições para a sua recuperação, para estar nas devidas condições. -----

O Senhor Joaquim Pequicho concorda com a vinda desta Moção à Assembleia Municipal, sendo muito importante para o nosso concelho e não só, a continuidade da sua eletrificação. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

**MOÇÃO SOBRE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016 E AS AUTARQUIAS LOCAIS -
CDU**

O Senhor Alexandre Isaac apresentou a moção da Coligação Democrática Unitária que se transcreve: -----

“O Orçamento do Estado para 2016 e as autarquias locais -----

Considerando que a proposta de OE para 2016: -----

Elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais,

designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros, como aspectos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas; mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda; -----

• Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei de Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011. -----

A Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário, delibera manifestar ao Governo as seguintes posições: -----

1 — Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal; -----

2 — Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais; -----

3 — Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspectiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República. -----

Se aprovada, deve ser enviada cópia ao Sr. Presidente da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Oeste GIM, à Câmara Municipal da Nazaré, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.” -----

A Moção foi aceite, por unanimidade, para discussão e votação. -----

O Senhor Abílio Marques entende extemporânea esta Moção, visto que o Orçamento ainda não foi aprovado na Assembleia da República, ‘indo chover no molhado’. -----



O Senhor Alexandre Isaac disse ser um elemento de pressão, apesar de o Orçamento inda não ter sido discutido e aprovado na generalidade. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com dezassete votos a favor, dois votos contra dos Senhores Sónia Conceição e Joaquim Pequicho e duas abstenções dos Senhores Abílio Marques e Victor Parreira. -----

MOÇÃO “NOVO EDIFÍCIO DO CENTRO DE SAÚDE DA NAZARÉ” - CDU

O Senhor Alexandre Isaac apresentou a moção da Coligação Democrática Unitária que se transcreve: -----

“Novo Edifício do Centro de Saúde da Nazaré -----

Após cerca de vinte moções apresentadas e aprovadas na Assembleia Municipal da Nazaré, no anterior e neste mandato, exigindo a construção de um novo edifício que possa acolher o Centro de Saúde da Nazaré, conseguimos ver alguma luz ao fundo do túnel, no que diz respeito às nossas reivindicações. Essa luz ao fundo do túnel existe desde a assinatura do contrato em 22 de Junho de 2015, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e a Câmara Municipal da Nazaré (CMN). -----

No entanto, visto já terem passado mais de oito meses desde a assinatura desse contrato, nada mais sabe esta assembleia sobre o atraso no início da obra, que, como foi referido na altura, poderia iniciar-se no mês seguinte. -----

Porque desconhecemos o comprimento do túnel que ainda falta percorrer e, porque também desconhecemos o tempo que demorará a percorrê-lo até se atingir a tal luz, que é a concretização do edifício, importa questionar o Governo e a ARSLVT sobre o seguinte: -----

1 — A que se deve este atraso no início da obra de construção do edifício do novo Centro de Saúde da Nazaré? -----

2 — Encontra-se cabimentada no Orçamento do Estado para 2016 a verba necessária para esta obra? -----

3 — *Quando poderá a nossa população e os milhões de turistas que nos visitam anualmente, vir a ser atendidos na nova unidade de saúde da Nazaré com a dignidade que todas as pessoas merecem?* -----

São três questões simples que exigem respostas simples e objectivas. Ficaremos a aguardar essas respostas com a impaciência natural de quem espera há mais de trinta e três anos pela concretização de uma promessa. -----

Se aprovada, deve ser enviada cópia desta moção ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro da Saúde, à Comissão Parlamentar de Saúde da Assembleia da República, aos líderes dos grupos parlamentares na Assembleia da República, à Sra. Presidente do Conselho Directivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, à direcção do ACES - Oeste Norte, à Assembleia Intermunicipal do Oeste, à Câmara Municipal da Nazaré, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, incluindo televisões.” -----

A Moção foi aceite, por unanimidade, para discussão e votação. -----

Não se registaram intervenções. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

SITE DO MUNICÍPIO, NO QUE RESPEITA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PROPOSTA DO BLOCO DE ESQUERDA

A Senhora Telma Laborinho Ferreira, apresentou a Proposta que se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta para discussão e votação a seguinte proposta: -----

Considerando as informações chegadas até nós por alguns munícipes, alertando para a dificuldade destes em encontrarem no Sítio da Internet do município, os documentos referentes aos assuntos tratados pela Assembleia Municipal da Nazaré. -----

Considerando que entendemos correctas essas observações. -----



Considerando que os documentos apreciados e deliberados por esta Assembleia Municipal são públicos e devem ser do conhecimento dos cidadãos. -----

Considerando que esta proposta visa uma melhor e mais rápida identificação da localização dos documentos colocados no Sítio da Internet do município. -----

O Bloco de Esquerda propõe: -----

1 — Que seja aberto na entrada para a Assembleia Municipal em: <http://www.cm-nazare.pt/pt/assembleia-municipal>, um espaço referente exclusivamente aos assuntos tratados e às deliberações tomadas em sede de Assembleia Municipal e, bem assim, as ligações necessárias à separação dos documentos por assuntos, tal como é, aliás, prática corrente na quase totalidade dos Sítios da Internet dos municípios portugueses. -----

2 — Que quando procederem à realização desta alteração tenham em atenção a necessária colocação nesses espaços de todo o acervo digital existente, relativo à Assembleia Municipal da Nazaré, incluindo o regimento em vigor. -----

3 — Que esta alteração seja executada no mais curto espaço de tempo possível de modo a concretizar-se esta proposta. -----

Se aprovada, esta proposta deve ser enviada ao executivo para sequência desta deliberação da Assembleia Municipal da Nazaré.” -----

A proposta foi aceite, por unanimidade, para discussão e votação. -----

Não se registaram intervenções. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com dezanove votos a favor e duas abstenções dos Senhores Sónia Conceição e Joaquim Pequicho. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram inscrições. -----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – (apreciação)

Ausentaram-se os Senhores João Formiga, Alexandre Isaac, Ricardo Esgaio e Graciano Dias. ----

O Senhor Joaquim Pequicho solicitou informação ao Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto da situação no que diz respeito ao Fundo de Apoio Municipal, se existe Visto do tribunal de Contas, se existe alguma candidatura a infraestruturas de saúde, para o Novo Centro de Saúde e sobre os trabalhadores da Nazaré Qualifica que se encontram inactivos, e expectativa e possibilidade de serem inseridos noutras organizações existentes no concelho afectos à esfera da economia social, colocando-os ao serviço da comunidade. -----

Esclareceu que ao apresentar esta proposta, pretende que os funcionários integrem a Nazaré Qualifica. Ao colocar outras hipóteses tem a ver com pretensão de resolução das situações existentes e encontrar-se plataformas de entendimento. -----

O Senhor António Caria dos Santos questionou o Senhor Joaquim Pequicho se tem alguma informação sobre a aceitação ou não de associações concelhias para o atrás exposto. -----

Solicitou também informação sobre a colocação de passadeiras e colocação de lombas no Centro Escolar, faturação de água no mês de Fevereiro pelos Serviços Municipalizados e retroactividade do seu pagamento, parecer enviado pela ERSAR sobre os tarifários de água, processo em Tribunal com perda de recurso por não se ter pago a trabalhador, entendendo existir mau apoio jurídico e que poderá levar à perda de mandato do Presidente da Câmara. -----

Lembrou ainda a proposta aprovada na Assembleia de recomendação ao Executivo sobre fornecimento de água aos bombeiros voluntários da Nazaré no activo, sinalização de trânsito em área de caravanas e igualmente noutras artérias, faltando dar executoriedade às deliberações da Assembleia. Por último alertou para a necessidade de limpeza no Caminho Real. -----

O Senhor Abílio Marques referindo-se ao Relatório de Actividades Desenvolvidas pelo Município enviado, disse ser “uma seca de fatos de oleado”. Solicitou futuro esclarecimento sobre o



escalonamento de tarifas de águas. Lembrou a sinalização de trânsito aprovada para a Rua do Areal e que até à data não foi aplicada. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que sobre o Fundo de Apoio Municipal, está a ser efetuado um levantamento das situações com o Tribunal de Contas, quanto ao Centro de Saúde, a Câmara fará a gestão da obra, enviando os autos de medição à Administração Regional de Saúde, existindo candidatura para o efeito e sobre processo em Tribunal, não foi perdido pela Câmara, estando em decurso. -----

Quanto ao Caminho Real, disse existir muito entulho naquela via, espalhado ao longo dos tempos, sendo limpo com regularidade. Sobre o apoio ao Corpo Ativo dos Bombeiros, continua a estudar-se o melhor apoio que poderá ser efetuado, reafirmando que tem sido feito um grande apoio à Associação dos Bombeiros Voluntários da Nazaré. -----

Seguidamente tomou a palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade, detentora do pelouro do Trânsito, que informou da necessidade de realização de estudos mais aprofundados, solicitando a colaboração de todos para elaboração de nova regulamentação. Disse existirem condições transversais, com processos morosos que urge resolver, vindo à próxima reunião de Câmara algumas situações tendentes a resolver a situação. -----

O Senhor António Caria dos Santos, na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que efetivamente a Câmara perdeu o recurso laboral. -----

O Senhor Abílio Marques, sobre o problema do trânsito na Rua do Areal, disse que se continua a assistir a estacionamento incorretos, devendo aquela via ter apenas o sentido descendente, podendo existir acidentes de difícil resolução. -----

O Senhor António Caria dos Santos questionou sobre a previsão da transmissão via internet, das sessões da Assembleia, bem como sobre os valores financeiros de transição para o ano seguinte. - Sendo meia-noite, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a continuidade dos trabalhos, sendo decidido afirmativamente. -----

Tomado conhecimento. -----
Retomaram os seus lugares os Senhores João Formiga, Ricardo Esgaio, Graciano Dias e Alexandre Isaac. -----

2. REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO - PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE REGULAMENTO COM EFICÁCIA EXTERNA – (apreciação e votação) O

Senhor Alexandre Isaac disse receber com agrado a presente proposta, enaltecendo o Executivo para o Regulamento existente. -----

Não existindo mais intervenções, passou-se de imediato à votação. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

A Coligação Democrática Unitária apresentou a seguinte declaração de voto: -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a Favor, neste ponto 2 da ordem de trabalhos, “Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo — Proposta para Aprovação de Regulamento com Eficácia Externa”, pelo seguinte: -----

Pelos documentos recebidos, mais uma vez temos dúvidas, tal como tivemos aquando da vinda do regulamento a esta Assembleia Municipal, relativamente à aprovação deste processo pelo órgão Executivo. Quanto a nós, apenas foi deliberado o envio do documento à Assembleia Municipal, tal como foi deliberado apenas colocá-lo em apreciação pública. Ou seja: não foi aprovado pelo executivo! -----

Não encontramos em mais lado nenhum da certidão das actas, indicação da aprovação da proposta por parte do Executivo Municipal. -----

Mais uma vez lembramos que esta situação não é a primeira vez que acontece. -----

Pelo que temos conhecimento, esta interpretação da aprovação pelo Executivo Municipal dos documentos, referindo apenas o seu envio à Assembleia Municipal, é uma e só uma deliberação.

Continuamos a defender que deve haver clara e inequívoca deliberação no sentido da votação das propostas apresentadas, seguida uma de nova deliberação para indicação do seu envio à



Assembleia Municipal. São duas deliberações distintas e que assim devem constar nas actas. Tal como acontece nos pontos seguintes desta sessão que estão correctamente aprovados com as duas deliberações distintas lá inscritas. -----

Contudo, observando a matéria em discussão, por considerarmos urgente uma relação cada vez mais transparente entre o Município e as diversas associações existentes no nosso concelho, tal como defendemos no nosso manifesto eleitoral, damos o nosso aval político ao conteúdo da proposta. Importa ainda salientar que a existência de um regulamento não representa uma garantia total para o que acima foi exposto. A sua aplicação correcta determinará se avançamos para um movimento associativo democrático e independente ou para o seu reverso. Esse é um trabalho do Homem e não apenas do legislador.” -----

3. CONTRATO DE AVENÇA - PROPOSTA – APOIO À ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS MUNICIPAIS - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS – (apreciação e votação)

O Senhor António Caria dos Santos questionou quanto à necessidade ou não, de se efetuar esta contratação. -----

O Senhor Graciano Dias parabenizou o Executivo por tudo aquilo que tem sido feito e questionou se o avençado proposto pertence ao grupo dos quinze trabalhadores da Nazaré Qualifica já anteriormente falados, se algum destes elementos da Nazaré Qualifica poderia ser colocado e se do ponto de vista da dignidade humana, alguém vive do erário público, sem trabalhar. -----

Voltou a informar que sempre foi contra a existência da empresa municipal Nazaré Qualifica, que foi criada para dar trabalho a ‘boys’. -----

O Senhor Joaquim Pequicho informou que não se revia nesta opção, entendendo não ser uma questão de gestão razoável, existindo outras hipóteses de resolução do assunto. -----

O Senhor Abílio Marques corroborou a maioria das afirmações produzidas. Questionou se não existe contrato programa para fazer face a este tipo de eventos e se existindo, porque se vai fazer uma nova contratação. -----

O Senhor José Cesário disse que lhe apraz muito saber das preocupações do Senhor Joaquim Pequicho neste caso e questionou se tivera a mesma posição em situações anteriores. -----

Em resposta, o Senhor Joaquim Pequicho indicou que existiram erros no passado, não pretendendo que os mesmos se repitam. -----

Na sequência, o Senhor José Sales congratulou o Senhor Joaquim Pequicho pela tomada de posição de aceitação do desgoverno do Partido Social Democrata nos últimos vinte anos no Município da Nazaré, recordando situações anteriormente ocorridas. -----

O Senhor Alexandre Isaac lembrou a precariedade do trabalho existente nas gerações mais novas, pretendendo defender-se o trabalhador. -----

O Senhor Vereador Manuel Sequeira prestou informação sobre o procedimento em questão, enumerando a existência de um grande conjunto de eventos, com a necessidade de se contratar a pessoa conveniente, com os convenientes conhecimentos e provas dadas, integrando equipa para apoiar logisticamente as atividades. -----

Rematando a informação prestada, o Senhor Presidente da Câmara indicou que não existe ilegalidade na aprovação do procedimento e que gostaria que tudo passasse pela Câmara, mas tal não é possível dado a situação existente. Mais referiu que não existe delegação de competências na empresa municipal Nazaré Qualifica. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com catorze votos a favor, dois votos contra dos Senhores Abílio Marques e Victor Parreira, cinco abstenções dos Senhores Joaquim Pequicho, Sónia Conceição, António Nunes, Telma Laborinho e Graciano Dias. -----

O Grupo de Cidadãos Independentes irá apresentar declaração de voto. -----

O Senhor António Caria dos Santos apresentou a seguinte declaração de voto: -----



“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a FAVOR, neste ponto 3 da ordem de trabalhos, “Contrato e de Avença — Proposta — Apoio à Organização de Eventos Municipais”, pelo seguinte: -----

Mais uma proposta com um contrato de tarefa e avença nos é apresentado nesta Assembleia, com o sentido de previamente autorizarmos o executivo à sua contratação. -----

A CDU nada tem a obstar à contratação referida na proposta, visto que esta se encontra completa. No entanto, registamos estranheza pelo facto de ser a Câmara a contratar esta trabalhadora, quando todos os eventos são organizados e produzidos pela Empresa Municipal Nazaré Qualifica, tal como se pode perceber pelos contratos existentes entre as duas entidades. Gestão misturada? Havemos de saber. -----

Tudo isto poderia considerar-se uma situação normal numa qualquer Câmara ou Assembleia Municipal do país. Só que, no Município da Nazaré isto não pode ser considerado normal. Mais uma contratação de avençados, quando existem cerca de 15 trabalhadores do quadro que estão à espera, em casa, pela recolocação nos seus postos de trabalho, tal como foi sentenciado pelo Tribunal que julgou o seu despedimento ilícito. Bem sabemos que os vencimentos desses trabalhadores estão a ser assegurados pela autarquia, ainda que eles estejam sem produzir e sem poderem apresentar-se ao serviço por ordem do executivo. Para quando a sua reintegração? -----

A CDU manifesta aqui, uma vez mais, a sua solidariedade a todos esses trabalhadores perseguidos e exprime o seu repúdio à atitude inqualificável da maioria no executivo municipal, pela continuada falta de respeito para com esses trabalhadores e para com os Tribunais. -----

Não sabemos como isto tudo irá acabar. Mas uma coisa sabemos já: o autoritarismo e o desrespeito demonstrados até aqui por parte de quem decide, já ninguém pode encobrir.” -----

4. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ENGENHARIA ALIMENTAR – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO MUNICÍPIO – COMPROMISSOS PLURIANUAIS - PROPOSTA

PARECER PRÉVIO - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS –

(apreciação e votação)

Ausentou-se o Senhor Alexandre Isaac. -----

O Senhor António Caria dos Santos referiu que a Coligação Democrática Unitária nada tinha contra o ponto em apreço, tendo apenas uma questão a apresentar que é de saber se a Nazaré Qualifica está a fornecer as refeições às escolas e não estando, o porquê de ser a Câmara a contratar e não a Nazaré Qualifica. -----

O Senhor Graciano Dias informou que a ACISN – Associação Comercial Industrial e de Serviços da Nazaré, fez chegar à Câmara Municipal uma proposta de orçamento para implementação do HCCP – Segurança Alimentar a ser prestado em vários estabelecimentos escolares do concelho da Nazaré, por um valor muito inferior ao indicado no procedimento em apreço, da qual nunca recebeu resposta e entende que se poderia poupar no valor em questão. Pretende votar contra o apresentado, pois não fica bem com a gestão da autarquia. -----

O Senhor Presidente da Câmara em resposta, disse estranhar a questão apresentada pelo Senhor António Caria dos Santos, pois sabe que o procedimento corre através da Câmara Municipal. Sobre a intervenção do Senhor Graciano Dias, disse existir um conflito de interesses, não podendo misturar a presidência da ACISN, com a qualidade de político, estando correto o procedimento efetuado. -----

O Senhor Vereador Manuel Sequeira fez esclarecimentos adicionais quanto à qualidade e mais valia da técnica que se pretende contratar. -----

O Senhor António Caria dos Santos reafirmou que até à data não tinha conhecimento deste assunto, lembrando-se do contrato realizado com a Uniself, solicitando o envio à Assembleia dos compromissos que estão a decorrer. -----

O Senhor Graciano Dias em resposta disse não existir qualquer conflito de interesses, bem como nada o move contra a pessoa em questão, voltando a referir que a ACISN faz este serviço por um



preço muito abaixo ao agora indicado e em boas condições. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que pretende controlar e obter os melhores preços para a autarquia, não querendo com isso dizer que a ACISN não o faça nas perfeitas condições. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com treze votos a favor, três votos contra dos Senhores Abílio Marques, Victor Parreira, Graciano Dias e quatro abstenções dos Senhores Joaquim Pequicho, Sónia Conceição, António Nunes e Telma Laborinho. -----

A Coligação Democrática Unitária apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a FAVOR, neste ponto 4 da ordem de trabalhos, de Serviços — Engenharia Alimentar — Estabelecimentos de Ensino do Município”, pelo seguinte: -----

Mais uma proposta com um contrato de tarefa e avença nos é apresentado nesta Assembleia, com o sentido de previamente autorizarmos o executivo à sua Contratação, autorizando os compromissos plurianuais. -----

A CDU nada tem a obstar à contratação referida na proposta, visto que esta se encontra completa. No entanto, registamos também aqui estranheza, pelo facto de ser a Câmara a contratar estes serviços, quando as tarefas a que reporta a contratação estão adjudicadas à Empresa Municipal Nazaré Qualifica, tal como se pode perceber pelo contrato existente entre as duas entidades. Gestão misturada? Havemos de saber.” -----

5. FORNECIMENTO DE INTERNET - PROPOSTA PARA PROCEDIMENTO - AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS – (apreciação e votação)

Regressou aos trabalhos o Senhor Alexandre Isaac. -----

O Senhor Abílio Marques questionou se foram contactados outros fornecedores, parecendo-lhe que se trata quase de um contrato de fidelização, tal como o efetuado com qualquer cidadão, pensando que é até um dos operadores menos baratos. Informou ainda que detetou um erro no texto da informação apresentada à reunião de Câmara. -----

Na sequência, o Senhor António Caria dos Santos informou que também tinha verificado o ocorrido, recomendando a retirada do assunto para correção. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que efetivamente se regista um erro no texto e questionou a Dra. Helena Pola sobre o sucedido, ao que esta respondeu que se trata de um lapso, que poderá ser corrigido, não existindo qualquer inconveniente na aprovação do clausulado. Segundo a informação que lhe foi transmitida pelo do técnico de informática, a empresa indicada será a que melhores condições tem para fornecer o serviço, mas o que está em causa é a autorização da assunção de encargos plurianuais. -----

Em função da recomendação do Senhor António Caria dos Santos, a Mesa da Assembleia, entendendo que não existe qualquer problema quanto à votação do ponto, decidiu submeter o assunto à consideração da Assembleia. Igualmente a Senhora Dra. Helena Pola informou da urgência de o assunto ser tratado, existindo também legitimidade para o pedido de retirada do assunto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu à consideração da Assembleia a retirada do assunto, conforme recomendação do Senhor António Caria dos Santos. -----

Na sequência, o Senhor António Caria dos Santos retirou a sua recomendação. -----

Colocado o assunto à votação, foi deliberado, por maioria, aprovar, com treze votos a favor, e oito abstenções dos Senhores Joaquim Pequicho, Sónia Conceição, António Nunes, António Caria dos Santos, Alexandre Isaac, Abílio Marques, Victor Parreira e Telma Laborinho. -----

A Coligação Democrática Unitária apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota pela ABSTENÇÃO, neste ponto 5 da ordem de trabalhos, “Fornecimento de Internet — Proposta para Procedimento”, pelo seguinte: -----

Tal como referimos durante a discussão, na leitura dos documentos deste ponto, detectámos, como é nossa obrigação, falhas no documento enviado pelo executivo. Essas falhas, prendem-se



com o facto de, na transcrição da habitual redacção sobre obrigatoriedades dos contratos conforme a Portaria 149/2015, fazerem referência a uma técnica quando o contrato irá ser feito com uma empresa de telecomunicações. -----

Nesse sentido, propusemos a retirada do assunto para eliminação das falhas detectadas. Coisa que não foi aceite pela Assembleia, após explicação apresentada que identificava não haver qualquer problema, nem necessidade de alteração do que estava escrito. -----

Aceitamos essa explicação, mas mais uma vez recomendamos a melhor atenção a quem elabora estes procedimentos, e a quem os aprova antes de aqui chegarem, para que não se perca tempo na discussão e aprovação dos pedidos feitos nem fiquem quaisquer dúvidas sobre a sua legalidade. -----

Compreendemos a necessidade desta contratação. Por isso mesmo, a CDU não via, como não vê, impedimento à contratação da aquisição destes serviços, pelo que, o nosso sentido de voto apenas se prende com o acima exposto.” -----

6. PROPOSTA DE CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – (tomada de conhecimento)

O Senhor António Caria dos Santos questionou se existe mais algum terreno em idênticas condições da situação agora apresentada. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que se trata de um caso pontual e de um erro material, conforme exposto na documentação apresentada à Assembleia. -----

Tomado conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo duas horas e cinco minutos do dia seguinte, o Senhor Presidente da Assembleia deu os trabalhos por encerrados e, para constar, se lavrou a presente

